

xerem às regiões ou às atividades a que mais de perto se relacionarem. Além disso, a instituição do novo Plano de Obras e Equipamentos permitiu ao Governo, aproveitando a experiência alcançada durante a execução do antigo sistema excepcional de financiamento das obras públicas, corrigir a dispersão de recursos que se tem verificado, devido à falta de planejamento sistemático da sua realização. Da ausência de coordenação dos projetos semelhantes, e da falta de um exame prévio, afim de se estabelecer a ordem de precedência e de oportunidade desses projetos, resulta muitas vezes perda de esforços e de dinheiro. A necessidade de elaborar um só plano para as obras públicas e de substituir o atual regime orçamentário por outro mais adequado à fase de evolução em que se acha o serviço público brasileiro, assim como a criação, em breve, de um só órgão central de planejamento, encontra a solução de emergência, que, talvez, venha a se tornar definitiva.

Para concluir — declarou o presidente da Comissão de Orçamento — devo acrescentar que o Governo resolveu, prudentemente, manter suas despesas ordinárias num nível ligeiramente mais baixo do que o das receitas normais. Em seguida,

reuniu todos os projetos de obras, a iniciar, prosseguir e concluir através dos diversos órgãos administrativos, e atribuiu-lhes os necessários recursos financeiros num orçamento especial, com rendas próprias, perfeitamente equilibrado, num total de 1 bilhão de cruzeiros. Esses órgãos dispõem de créditos discriminados para cada projeto ou empreendimento e de uma soma global a ser utilizada para atender às eventualidades durante o ano mediante destaques autorizados pelo Presidente da República. Ficou, assim, resolvido o financiamento das atividades ordinárias da administração.

AS DESPESAS DE GUERRA

Para enfrentar nossos encargos de beligerância, continuará o Governo a abrir créditos extraordinários, não divulgados por motivos fáceis de compreender. Esses créditos serão cobertos pelo produto dos "bonus de guerra" e por outros recursos que se tornarem necessários. As despesas de guerra não estão sujeitas a limites prévios de oportunidade e de recursos. Elas são por natureza ilimitadas como as nossas aspirações de paz e as forças que empregaremos para alcançar a vitória.

Fundação Getúlio Vargas

Por iniciativa do Sr. Luiz Simões Lopes, será instalada brevemente, nesta capital, uma instituição de amplas finalidades: a Fundação Getúlio Vargas.

Destinar-se-á essa entidade, entre outros objetivos, a promover o estudo e a divulgação dos princípios e métodos de organização racional do trabalho; a servir como centro de estudo dos problemas de orientação, seleção e readaptação profissional; a concorrer para estabelecer melhor compreensão, no público em geral, dos grandes problemas da administração e estimular entre os trabalhadores, quer das empresas privadas, quer do Estado, e, de modo especial, entre os responsáveis pela administração e o ensino, o sentimento de cooperação e de responsabilidade individual e coletiva. Será, também, um instituto de pesquisas em matéria de ciência política, à semelhança de vários já existentes nos Estados Unidos e dos quais pode ser citado, como exemplo, a Brookings Institution, de Washington.

A fim de assentar as medidas preliminares para imediata instalação da Fundação Getúlio Vargas, reuniram-se a 30 de dezembro passado, no auditório do Instituto de Resseguros do Brasil, a convite do Sr. Luiz Simões Lopes, algumas figuras de representação nos nossos meios financeiros e administrativos. Nessa reunião, o idealizador da instituição, Sr. Luiz Simões Lopes, expôs em linhas gerais as finalidades da mesma e solicitou dos presentes que externassem suas opiniões a respeito. Nesse sentido, falaram os Srs. João Carlos Vital, João Daudt de Oliveira, Lourenço Filho, Euvaldo Lodi e J. M. de Andrade Sobrinho, que manifestaram seu inteiro apóio à idéia.

Antes de encerrar os trabalhos, o Sr. Luiz Simões Lopes propôs que fôsse organizada uma comissão para dar parecer sobre o ante-projeto de Estatutos, apresentar as sugestões que julgar necessárias e marcar nova reunião. Essa comissão ficou constituída dos Srs. João Daudt de Oliveira, Euvaldo Lodi, M. B. Lourenço Filho, Guilherme

Guinle e João Carlos Vital, tendo como secretário geral o Sr. C. A. Lúcio Bittencourt.

Transcrevemos a seguir a exposição de motivos que acompanha o ante-projeto de Estatutos apresentado pelo Sr. Luiz Simões Lopes.

"A fase de intensa reorganização do trabalho, processada no país no último decênio, veio salientiar, de uma parte, as grandes e reais possibilidades da gente brasileira na conquista de novos objetivos, de novas formas e de novos métodos de produção; de outra parte, veio evidenciar, no entanto, que essa reorganização, para completo desenvolvimento, com o sentido de coordenação que lhe é indispensável, está a carecer do estudo, da divulgação e do ensino sistemático dos problemas de administração, nos mais variados níveis e setores de aplicação.

E' fato incontestável, colhido da experiência dos tempos modernos, que a disciplina do trabalho produtivo está sujeita a princípios racionais, que o homem pode conhecer e aplicar para mais seguras realizações de eficiência e de harmonia social; mas é fato, também inegável, que tais princípios, além de complexos, não admitem fórmulas universais, exigindo, para perfeita aplicação em cada caso, o exame acurado de determinadas condições do meio social, das suas possibilidades, das aspirações dos diferentes grupos de trabalho em conflito, da articulação, enfim, das energias produtoras com o próprio plano político da Nação.

Se estas afirmações já se justificavam à luz da observação da mudança social que as novas formas de produção trouxeram a este século, pela aplicação da ciência, e que os inelutáveis efeitos da primeira grande guerra deviam fazer acelerar, nesta hora, em que o mundo todo se debate em procura de novas soluções, mais fortemente podem ser proclamadas e mais a fundo devem ser meditadas por todos quantos tenham responsabilidades diretas na gestão das organizações de trabalho.

O que de tudo se patenteia é que não há soluções acabadas, que se possam copiar e aplicar *urbi et orbe*, nem, também, passíveis de improvisar, ao sabor do arbítrio e da inspiração do momento. O que há são princípios e métodos a estudar e a aplicar, de modo específico, em cada grupo social e em cada instante, mediante reajustamentos graduais e sucessivos, para aplicação que lhes empreste o valor da solidariedade social e daquele sentido profundamente humano, que é a característica mesma das autênticas conquistas de organização.

Seria injusto desconhecer o que já se tem realizado em nosso país com êsses altos propósitos e êsse sentido, graças à atuação direta do Estado e à colaboração, nunca recusada, das grandes empresas de produção e o apóio geral do grande público. Os esforços pela racionalização dos serviços públicos; a introdução dos processos de organização menos empíricos, no trabalho em geral; a compreensão dos benefícios da produção organizada, com a conseqüente elevação do padrão de vida do trabalhador,

do qual se poderá esperar, por isso mesmo, mais perfeita produção e maior capacidade de consumo; a revisão, enfim, dos objetivos e dos meios de trabalho tanto nos seus aspectos propriamente técnicos quanto nos de sentido social — tudo veio mudar, em poucos anos, a situação da vida nacional.

Novas e mais intrincadas questões agora se apresentam, porém, desafiando a argúcia, a capacidade de previsão, o senso de objetividade, o poder de compreensão de relações mais complexas, o domínio, afinal, de novos fatos em novas circunstâncias da parte de todos quantos possuam responsabilidades de administração. Variados e complexos problemas estão, na verdade, surgindo, quer no domínio da administração pública, quer no dos empreendimentos privados e, o que é mais de notar-se, por efeito da elevada orientação do Estado, no último decênio, mais e mais êsses problemas se entrelaçam, apresentando aspectos comuns e fases de mútua dependência.

E' notório o esforço de órgãos do Estado, e de empreendimentos particulares, no sentido da procura das melhores e mais eficientes soluções para algumas dessas importantes questões: a revisão dos moldes administrativos, a formação e aperfeiçoamento de pessoal, a padronização de material, a orientação e a seleção profissional. Todo êsse já notável e patriótico esforço vem sendo empregado, no entanto, em tentativas dispersas que, pela natureza mesma das circunstâncias em que se processam, hão de produzir, nalguns pontos, evidente conflito. Mas, ainda que isso não ocorresse, são elas de modo geral pouco econômicas, quer pela repetição de experiências, nem sempre frutuosas, quer pela manutenção de custosos serviços de estudo, de caráter permanente; quer ainda pela ausência de maiores e naturais entendimentos entre os órgãos da administração pública e os de empresas privadas, dos quais a experiência comum, se devidamente documentada e elaborada, poderia fornecer bases para realizações de grande eficiência e de maior segurança nos resultados.

— Não se deverá negar que alguns órgãos especializados de administração pública bem como várias organizações de iniciativa particular vêm trabalhando de forma a tornar conhecido o resultado de seus estudos e experiências; contudo, nem aqueles órgãos, por isso que têm um programa definido a cumprir, nem outros quaisquer, dados os seus campos de restrita atuação, poderão constituir-se num desejado *centro de documentação, pesquisa e divulgação dos princípios e normas administrativas*, que a todas as grandes organizações de trabalho possam interessar, pelas bases mesmas de que resultem, recursos de informação de que disponham e melhor aproveitamento do reduzido número de especialistas na matéria, até agora existentes.

Essa tendência está a indicar a própria solução que convém. O mais simples exame da questão leva a concluir pela necessidade de uma organização cooperativa, entre os órgãos da administração pública, os de caráter paraestatal e, ainda, os de direção de grandes empresas particulares, todos, neste momento, interessados na indagação de novos princípios e na experimentação de novas

formas de ação. A organização de um instituto oficial, por mais bem aparelhado que fôsse, à vista mesmo dos problemas que teria de defrontar, não poderia atender às atuais exigências. Uma organização cooperativa entre entidades particulares, com exclusão do Estado, não lograria pelas mesmas razões todos os elementos de êxito. A congregação de esforços entre os poderes públicos e entidades particulares deverá ser, portanto, a condição primeira do empreendimento que a organização do trabalho nacional está reclamando.

Aceito o princípio, verifica-se que a forma associativa mais adequada é a de uma "fundação", ou seja, de uma entidade que venha a dispor, desde início, dos recursos que lhe garantam perfeito funcionamento e continuada existência. Os fundos necessários, constituídos por doações dos poderes públicos, de entidades paraestatais e empresas privadas, representarão o mais reprodutivo emprego de capital, pelos benefícios diretos a colher e, ainda, pelos resultados gerais que, de uma tal organização, hão de vir, em curto prazo.

A forma de administração que se expõe no projeto de estatutos a seguir foi estudada de modo a permitir um duplo e necessário objetivo: de completa autonomia, por

parte da gerência social, na consecução dos fins da fundação; e o mais previdente sistema de controle por parte das entidades que assumam o encargo de sua fundação.

Algumas palavras, por fim, devem ser ditas em relação à denominação escolhida para a nascente fundação. Desejou-se a ela ligar não, apenas, o nome do honrado Chefe do Governo Nacional, a cujo continuado esforço deve o Brasil a reconstrução política a que assistimos, por certo a mais impressionante de sua história. A idéia já aí seria razão de sobra, se pretendesse ter apenas o cunho de homenagem, justificada aos olhos e ao sentimento de todos. O que se pretendeu, porém, não foi somente ligar ao empreendimento o nome do Chefe do Governo, mas sim a figura do ínclito cidadão, que, por seu devotamento à causa pública, alta compreensão das aspirações nacionais e aguda percepção do valor dos princípios e das práticas da administração racional, há de simbolizar sempre um programa, representando, a um tempo, motivo de inspiração e de reconhecimento por parte de todos quantos trabalhem no Brasil e pelo Brasil. A aquiescência do Sr. Getúlio Vargas à solicitação que lhe foi dirigida, para o uso dessa denominação, traduz o melhor auspício que, para si mesma, poderia desejar a organização que, com tanta oportunidade, agora se pretende levantar."

Instalação do Conselho de Administração de Pessoal

Foi instalado, a 20 de janeiro findo, o Conselho de Administração de Pessoal (C.A.P.), órgão integrante do sistema do pessoal e criado, junto ao D.A.S.P., pelo decreto-lei n. 5.937, de 28 de outubro de 1943.

A sessão de instalação, realizada às 15 horas no auditório do Palácio do Trabalho, foi presidida pelo Sr. Luiz Simões Lopes, presidente do D.A.S.P., e contou com a presença de todos os membros do Conselho, altas autoridades convidadas e grande número de funcionários que se dedicam a atividades de administração geral.

Ao declarar instalado o novo órgão, o Sr. Luiz Simões Lopes realçou o significado do acontecimento, que, segundo disse, marcava uma nova e importante etapa do processo de aperfeiçoamento do pessoal do serviço civil federal, pelo qual tanto se tem interessado o governo do Presidente Vargas. Afirmou, a seguir, que o D.A.S.P. nunca teve intenção de centralizar as atividades de administração geral, procurando, ao contrário, à medida que o permitiam as circunstâncias, instituir nos vários departamentos governamentais órgãos incumbidos daquelas atividades, aos quais presta a sua assistência técnica, estabelecendo-lhes

apenas diretrizes gerais e coordenando-os em benefício do objetivo comum, qual seja o de proporcionar aos ministérios uma infra-estrutura adequada e eficiente, capaz de lhes facilitar a realização das atividades específicas que lhes incumbem. Entretanto, prosseguiu o Sr. Simões Lopes, a coordenação dos vários órgãos encarregados de atividades idênticas nos diferentes setores administrativos, e integrados naquilo que se convencionou chamar de *sistemas*, vinha revelando lacunas, que clamavam por uma solução. Estudado o problema, à luz de sua própria experiência e da de outros países, especialmente dos Estados Unidos da América, o D.A.S.P. optou pela criação de Conselhos, constituídos por todos os diretores ou chefes de serviços a que se acham entregues aquelas atividades de administração geral. Daí, pois, a criação do Conselho de Administração do Material, instalado em 12 de agosto do ano passado, e do Conselho de Administração de Pessoal, que se acabava de instalar. Expressou o presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público a confiança que depositava na atuação do novo órgão, cujos membros são todos homens de grande experiência no assunto, dizendo, ainda, que, não